

Delineamento de um Modelo de Balanço Social para Prefeituras Municipais

Autores

SADY MAZZIONI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ

CELSO GALANTE

Universidade Comunitária Regional de Chapecó

CESAR EDUARDO STEVENS KROETS

UNIJUÍ

Resumo

O balanço social é o relatório que evidencia as relações sócio-econômicas das entidades com seus parceiros sociais. O relatório tem sido utilizado pelas entidades empresariais como veículo de informações de caráter diferenciado daquelas de cunho econômico-financeiro. Nos entes públicos municipais a prática de divulgar informações de natureza social e ambiental não é corrente. Neste sentido, os objetivos principais do presente artigo são os de apresentar o delineamento de uma proposta de balanço social para prefeituras municipais, constituindo-se em demonstrativo útil na gestão dessas entidades e na prestação de contas à sociedade, bem como, externar o esforço organizacional das entidades municipais no intuito de promover a gestão de suas responsabilidades sociais. Os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam o estudo quanto aos objetivos como pesquisa exploratória; em relação aos procedimentos, pesquisa bibliográfica e documental; e pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema. As conclusões do trabalho apontam para a necessidade das entidades públicas complementarem a divulgação de informações ao grande público, adicionando aos relatórios de natureza econômica e financeira àquelas de cunho social e ecológico. A proposta contempla as características dos entes públicos municipais, no intuito de evidenciar sua dimensão social e contribuir no processo de gestão das responsabilidades sociais decorrentes de sua atuação.

Palavras-chave: Balanço Social. Prefeitura Municipal. Gestão das Responsabilidades Sociais.

1 Introdução

O balanço social é um instrumento utilizado pela contabilidade no intuito de fornecer aos seus usuários informações úteis, fidedignas e equitativas, de natureza contábil, gerencial, econômica, ambiental e social, que revelam a responsabilidade das entidades perante a sociedade e permitem avaliar os efeitos das atividades sobre o meio ambiente onde atua.

Souza (1997, p. 3) defende que as estatais deveriam tornar transparente a dimensão social, pois, ainda que públicas, não possuem automaticamente a preocupação com o tema, tendo-se verificado ao longo da história a deturpação de objetivos de caráter social em prol de interesses privados. Para o sociólogo,

Tal idéia deve atingir principalmente os governos municipais. Por natureza, as prefeituras são sociais, mas, geralmente, privatizadas em práticas e desligadas do interesse maior, da coletividade. Não custa publicar um balanço social adaptado às prefeituras municipais.

À luz dessas considerações, o objetivo central da pesquisa é apresentar o delineamento de uma proposta de balanço social para as prefeituras municipais, na condição de demonstrativo útil na gestão dos entes públicos e na prestação de contas à sociedade.

As contribuições do presente estudo consistem, principalmente, na discussão da emergente necessidade de evidenciação de informações mais qualitativas pelos entes públicos municipais, que tenham o alcance suficiente de prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas e na apresentação de uma estrutura de demonstrativo para o balanço social aplicável às prefeituras municipais.

2 Administração Pública

A administração pública está sujeita às leis e à moral. Na Carta Magna do país, está estabelecido o dever de prestação de contas, a demonstração da honestidade e integridade ética de todo e qualquer agente público no exercício de suas funções na condição de instrumento expresso da vontade ou ação do Estado.

As regras em que seus agentes encontram-se vinculados dão a sustentação à administração pública. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 37, menciona que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da *legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência*.

O princípio da *legalidade* surge pela posição que ocupa o agente público que está incumbido de administrar os bens do Estado, ou seja, o patrimônio do povo, e para garantir o zelo deste patrimônio.

Na concepção de Meirelles (1998, p. 61):

A legalidade, como princípio administrativo, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal, mas somente é permitido realizar o que está disposto em lei. O princípio da *impessoalidade* procura estabelecer uma administração voltada aos interesses da população e proíbe vantagens pessoais e de terceiros. O principal objetivo é o atendimento a todos de forma igual sem relacionar posições ocupadas por quem fizer uso do que é público.

Bulos (2002, p. 577) argumenta que:

O princípio da impessoalidade, consectário natural do princípio da finalidade, impõe que o ato administrativo seja praticado de acordo com os escopos da lei, precisamente para evitar auto promoções dos agentes públicos. Sua palavra de ordem é banir favoritismo, extravios de conduta, perseguições governamentais, execrando a vetusta hipótese do abuso de poder.

O grande impacto causado no meio público pelo princípio da impessoalidade é que ele proíbe de forma generalizada ao administrador dar quaisquer vantagens a terceiros ou vantagens pessoais que se caracterizem como ato ilegal, garantindo o atendimento de forma igualitária a todos.

O princípio da *moralidade* está ligado aos bons administradores pela ética profissional que deve ter o agente público na prestação dos seus serviços sem promoção de vantagens ilícitas a si ou a terceiros. Para Meirelles (1998, p. 84):

A moralidade administrativa está intimamente ligada ao conceito do bom administrador, que é aquele que usando de sua competência legal, se determina não só pelos preceitos vigentes, mas também pela moral comum. Há que conhecer, assim, as fronteiras do lícito e do ilícito, do justo e do injusto.

Quando o agente público atender ao disposto no princípio da moralidade tem-se reconhecido os direitos dos cidadãos e esses serão tratados como iguais e sem discriminações.

A *publicidade* é essencial para divulgação oficial do que a administração está realizando ou pretende realizar. É pela publicidade que os atos públicos chegam ao conhecimento da população e assim pode fazer um acompanhamento dos atos praticados pelos gestores públicos. De acordo com Meirelles (2004, p. 93):

Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí porque as leis, atos e contratos administrativos, que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem, exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros.

É através deste princípio que os cidadãos tomam conhecimento das contratações, das leis e serviços realizados pela administração pública. Sem este princípio o administrador público estaria isolado da população.

O princípio da *eficiência* foi introduzido no texto constitucional de 1988 de forma explícita, através da Emenda Constitucional nº 19/98. Para Bullos (2002, p. 581):

Eficiência, voz que adjetiva o princípio em análise, traduz idéia de presteza, rendimento funcional, responsabilidade no cumprimento dos deveres impostos a todo e qualquer agente público. Seu objetivo é claro: a obtenção de resultados positivos no exercício dos serviços públicos, satisfazendo as necessidades básicas dos administradores.

Estes princípios básicos são o norte que rege a administração pública e, portanto, o gestor público deve estar atento na elaboração e na execução de suas atribuições de modo a aplicar com rigidez referidos princípios.

3 Responsabilidade e Balanço Social

Uma entidade não pode ser concebida apenas como um aglomerado de recursos materiais e humanos, que produz e/ou transforma bens, cria serviços e os disponibiliza ao mercado consumidor. Pode-se conceber que a dimensão cultural ocupa lugar de destaque na compreensão das formas que a responsabilidade social corporativa tem assumido nas relações empresariais.

A responsabilidade social corporativa deve ser pensada por sua interação com o complexo mundo social e cultural, regido por valores e normas culturais comuns à sociedade que a abriga e como consequência das atuais mudanças no modo como se concebe o papel da entidade diante da sociedade.

Na concepção de Mazzioni (2005), o Balanço Social complementa o sistema de informação contábil, permite aos usuários conhecer a atuação social da entidade, seu

posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, bem como o seu relacionamento com os empregados. Pode-se concebê-lo como um conjunto de informações capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das entidades e sua atuação em benefício da sociedade.

Tinoco (1984, p. 52) alerta para o fato que “existem discussões e polêmicas sobre as abordagens a serem adotadas na elaboração do Balanço Social”. O estudo relata que os pesquisadores, estudiosos e acadêmicos apontam para três direções. A primeira, de uma “abordagem contábil”, dando ênfase ao “valor adicionado” gerado pela empresa. A segunda, em que os “aspectos sociais, ambientais e de relações do pessoal”, de caráter eminentemente qualitativo merecem evidência. E, uma terceira, denominada de “mista” em que “concilia os aspectos econômicos e contábeis, com os sociais”.

Ademais, Tinoco (2001, p. 43) ressalta que “a inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais ampliaram o escopo do Balanço Social, denominando-o de Balanço Social em sentido amplo”. Para o autor, o relatório envolve o desenvolvimento de quatro vértices: “o Balanço Social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado; o balanço ecológico e a responsabilidade social da empresa”.

O presente estudo concentra-se, preponderantemente, na abordagem destes quatro vértices, em face da amplitude conceitual das propostas, e, da observância das disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade, Interpretação Técnica 15 (NBC T 15), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental. A referida norma estabelece a evidenciação de informações que tratam de: “(a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o meio ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente”.

- **Balanço de recursos humanos:** a NBC T 15 ao se reportar aos recursos humanos estabelece que devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

- **A demonstração do valor adicionado:** a NBC T 3.7 prevê que a Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar a receita bruta e as outras receitas; os insumos adquiridos de terceiros; os valores retidos pela entidade; os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades; valor total adicionado a distribuir; e a distribuição do valor adicionado.

- **O balanço ambiental:** nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, a NBC T 15 define que devem ser evidenciados investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais.

- **A responsabilidade social e pública das organizações:** conforme a NBC T 15, contempla os investimentos em educação, exceto a de caráter ambiental; cultura; saúde e saneamento; esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária; alimentação. Informações relativas número de reclamações recebidas diretamente na entidade; número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; número de reclamações recebidas por meio da justiça; número das reclamações atendidas em cada

instância arrolada; montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça; ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações. Informar se a entidade utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

O relatório do balanço social apresenta as características necessárias para contribuir no processo de maior divulgação das ações governamentais, auxiliando no atendimento à transparência, à publicidade e à eficiência administrativa do gestor público.

Tinoco (2001) observa que os entes fiscais deveriam no momento da implantação de um novo empreendimento, de forma especial aqueles cujos projetos receberam incentivos, solicitar a estimativa de projeção do valor adicionado para a região, para que além da geração de riqueza possa ser estimado o volume de empregos diretos e indiretos a serem gerados, entre outros.

Kroetz (2001, p. 86) argumenta que:

Com base no Balanço Social o poder público poderá preparar um vasto banco de dados, confiável, possibilitando a geração de informações preciosas por segmentos sociais, por atividades por região etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos (plano plurianual, orçamentos etc.) consubstanciados na realidade.

Sucupira (2001, p. 126) ao descrever os beneficiários do relatório acrescenta que “ao Estado, ajuda na formulação de políticas públicas: o balanço social apresenta subsídios para a elaboração de normas legais que regulamentem a atividade das empresas com vista ao bem-estar individual e da comunidade”. O autor acrescenta ainda que “estimula o controle social sobre o uso de incentivos fiscais”.

4 Método e Técnicas de Pesquisa

O método e as técnicas de pesquisa indicam o modo de realização do estudo. A presente pesquisa caracteriza-se quanto aos objetivos como pesquisa exploratória. As pesquisas exploratórias, na concepção de Gil (1999, p. 43), “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos [...]”.

Quanto à abordagem do problema o estudo tem caráter de pesquisa qualitativa. Em relação à abordagem qualitativa, Richardson (1999, p. 79) considera que “além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Raupp e Beuren (2004, p. 92), destacam que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado”.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise dos dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Pesquisa bibliográfica, porque no anteparo teórico para a fundamentação do tema realizou-se investigação em material publicado e indexado em base de dados, de cunho científico, como revistas, livros, artigos, dissertações e teses. Pesquisa documental, porque se valeu de demonstrativos contábeis e outros documentos das instituições que dizem respeito ao objeto de estudo.

Marconi e Lakatos (2002, p. 64), esclarecem que: “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

O presente artigo apresenta uma proposta para a elaboração do balanço social destinada a atender as características das prefeituras municipais. O delineamento do modelo considerou os principais modelos teóricos existentes, utilizados no contexto nacional.

O lapso temporal considerado mais apropriado a ser contemplado na divulgação das informações contidas no balanço social corresponde ao período de três a cinco anos. Por questões metodológicas, neste trabalho, não foi possível tal amplitude. As justificativas da proposta apresentada serão comentadas por blocos, melhorando o entendimento sobre a concepção e a finalidade do demonstrativo.

5 Proposta de Balanço Social para Prefeituras Municipais

A proposta de balanço social para as prefeituras municipais constitui-se de nove tópicos, abrangendo informações de cunho econômico, financeiro, social e ambiental. Os procedimentos éticos, de transparência e de responsabilidade social na gestão das entidades públicas também são contemplados no demonstrativo proposto.

A proposta contempla o ente público de maneira global, o que não inviabiliza a possibilidade do demonstrativo ser apresentado por secretarias, individualmente. Neste trabalho, contempla-se o repasse de recursos à câmara de vereadores, entretanto, sem considerar as ações desenvolvidas pelas casas legislativas, que podem ser contempladas em demonstrativo específico.

5.1 Apresentação da entidade

As informações disponibilizadas no Quadro 1 possibilitam o relato do modelo de gestão adotado pela entidade e o posicionamento estratégico de médio e longo prazo, relacionado aos objetivos a que se propõe.

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE		
Município:	UF:	Região:
Missão:		
Emancipação:		
Limites Geográficos:		
População Total:	Urbana:	Rural:
Principais Etnias:		
Principais Atividades Econômicas:		
Outras Informações Relevantes		

Quadro 1 – Apresentação da entidade

A apresentação da entidade permite, inicialmente, a identificação da instituição divulgadora do demonstrativo. Contempla a publicidade da missão da entidade, ou seja, a razão de sua existência e qual o papel que pretende desempenhar no cenário social. Possibilita o relato de informações gerais sobre a distribuição da população e a formação étnica. Informações geográficas e econômicas também poderão ser contempladas.

5.2 Indicadores monetários

Os indicadores apresentados no Quadro 2 são válidos para avaliar o envolvimento social da entidade, seja no âmbito interno ou externo.

INDICADORES MONETÁRIOS				
Indicadores Gerais do Resultado Operacional	R\$ - ANO 2		R\$ - ANO 1	
	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO
Receita Orçamentária				
Receita Própria				
Transferências				
Receitas de Capital				
Superávit do Exercício				
Saldo Patrimonial				
Indicadores Laborais	R\$ - ANO 2	% S/RO	R\$ - ANO 1	% S/RO
Folha de Pagamento de Funcionários				
Folha de Pagamento de Estagiários/Monitores				
Total de Pagamentos de Terceirizados				
Encargos Sociais				

Indenizações				
Capacitação de Funcionários				
Capacitação de Estagiários e Monitores				
Indicadores Sociais Internos	R\$ - ANO 2	%S/RO	R\$ - ANO 1	%S/RO
Esporte e Lazer				
Atividades de Cultura				
Educação				
Investimentos em Qualificação Profissional				
Assistência à Saúde e Saneamento				
Segurança, Medicina e Higiene no Trabalho				
Seguros				
Auxílio Alimentação				
Transporte e/ou Vale-Transporte				
Previdência Privada				
Creche e/ou Auxílio-Creche				
Outras Aplicações em Benefício aos Funcionários				
Indicadores Sociais Externos	R\$ ANO 2	% RO	R\$ ANO 1	% RO
Educação, Cultura e Esporte				
Educação Infantil				
Ensino Fundamental				
Ensino Médio				
Ensino de Jovens e Adultos				
Ensino Superior				
Educação Física e Desporto				
Educação Especial				
Alimentação Escolar				
Transporte Escolar				
Cultura				
Esporte				
Saúde e Saneamento				
Saúde				
Saneamento				
Assistência Social e Previdência				
Assistência Social				
Previdência				
Transportes				
Transporte Urbano				
Transporte Rodoviário				
Transporte Aéreo				
Transporte Ferroviário				
Transporte Aquático				
Habitação, Urbanismo e Obras				
Habitação				
Urbanismo				
Serviços de Utilidade Pública				
Serviços Urbanos				
Indústria				
Políticas Industriais				
Segurança Pública				
Políticas de Segurança Pública				
Proteção ao Meio Ambiente				
Políticas de Proteção Ambiental				
Agricultura				
Políticas de Incentivo ao Desenvolvimento Agrícola				

Quadro 2 – Indicadores monetários

Os indicadores monetários categorizados em indicadores gerais do resultado operacional, indicadores laborais, indicadores sociais internos e externos, servem para

estabelecer a relação das aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita orçamentária do período. É possível verificar o consumo de recursos na remuneração e qualificação do pessoal, investimentos em benefícios ao quadro de recursos humanos e os recursos aplicados em benefício da comunidade, seja através de programas assistenciais ou de políticas permanentes.

5.3 Recursos humanos

O balanço social traduz-se em instrumento diferenciado de evidenciação das políticas de gestão de recursos humanos e a relação estabelecida com os colaboradores. Os indicadores contemplados no Quadro 3 pretendem externar o esforço organizacional na valorização do quadro funcional.

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS				
INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	ANO 2		ANO 1	
	QUANTIDADE	% S/ TOTAL	QUANTIDADE	% S/ TOTAL
Variação do Corpo Funcional				
Empregados no Início do Período				
Empregados ao Final do Período				
Admissões do Período				
Demissões do Período				
Aposentadorias no Período				
Distribuição por Sexo				
Total de Mulheres				
Total de Homens				
Nº de Mulheres em Cargos de chefia				
Nº de Homens em Cargos de chefia				
Distribuição por Raça				
Total de Brancos				
Total de Negros				
Total de Amarelos				
Total de Pardos				
Total de Indígenas				
Distribuição por Idade				
Empregados Menores de 18 Anos				
Empregados com Idade entre 18 e 35 anos				
Empregados com Idade entre 36 e 60 anos				
Empregados com Idade Acima de 60 Anos				
Distribuição por Escolaridade				
Total de Doutores				
Total de Mestres				
Total de Especialistas				
Total de Graduados				
Total com Ensino Médio				
Total com Ensino Fundamental				
Total de Pessoas Não-Alfabetizadas				
Corpo Funcional em Fase de Titulação				
Pós-Doutorado				
Doutorado				
Mestrado				
Graduação				
Ensino Médio				
Ensino Fundamental				
Distribuição por Tempo de Serviço				
Até 1 ano				
Acima de 1 até 5 anos				
Acima de 5 até 10 anos				

Acima de 10 anos até 15 anos				
Acima de 15 anos até 20 anos				
Acima de 20 anos				
Total de Empregados Portadores de Necessidades Especiais				
Total de Estagiários na Instituição				
Total de Monitores na Instituição				
Tempo Médio de Permanência na Instituição				
Turn Over				
Processos Trabalhistas Movidos Contra a Entidade				
Processos Trabalhistas Julgados Procedentes				
Processos Trabalhistas Julgados Improcedentes				
Indenizações/Multas Pagas por Determinação Judicial				
Acidentes de Trabalho - Sem Perda de Tempo				
Acidentes de Trabalho - Com Perda de Tempo				
Carga Semanal de Trabalho				
Total de Horas-Extras Trabalhadas				
Total de Faltas no Período				
Total de Integrantes da CIPA				
Total de Sindicalizados				
Total que Integram as Diretorias Sindicais				
Horas em Qualificação Profissional por Funcionário				
Nº de Funcionários em Programas de Saúde Laboral				
Salário Médio dos Homens				
Salário Médio das Mulheres				
Salário Médio dos Portadores de Necessidades Especiais				

Quadro 3 – Recursos humanos

Os recursos humanos são representados por um conjunto de indicadores que permitem identificar o perfil do quadro funcional. Pode-se verificar o *turn over*, a equidade salarial, as políticas de capacitação, faixa salarial e acesso aos cargos de chefia, entre os sexos.

Indicadores como o tempo de médio de permanência na instituição, existência de processos trabalhistas, indenizações, acidentes de trabalho e média salarial estão contemplados pela proposta. A proposta apresenta indicadores estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade T 15 (NBC T 15), entre outros selecionados na literatura.

5.4 Indicadores de desempenho na educação

Considerando a importância dos investimentos em educação, entende-se que o gestor público deve zelar pela aplicação dos percentuais mínimos exigidos e pela eficiência e eficácia dos valores aplicados. O Quadro 4 propõe um conjunto de indicadores para evidenciar a evolução dos investimentos na área educacional, bem como, da estrutura disponível no município.

INDICADORES DE DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO	ANO 2		ANO 1	
INDICADORES DA ESTRUTURA FÍSICA	QUANTIDADE	% S/ TOTAL	QUANTIDADE	% S/ TOTAL
Quantidade de Estabelecimentos de Ensino				
Educação Infantil				
Educação Básica				
Ensino Médio				
Ensino Superior				
Quantidade de Salas de Aula				
Educação Infantil				
Educação Básica				
Ensino Médio				
Ensino Superior				

Quantidade de Vagas Disponíveis Educação Infantil Educação Básica Ensino Médio Ensino Superior				
INDICADORES DO CORPO DISCENTE	QUANTIDADE	% S/ TOTAL	QUANTIDADE	% S/ TOTAL
Quantidade de Alunos Matriculados Educação Infantil Educação Básica Quantidade de Alunos Reprovados Educação Infantil Educação Básica Evasão Escolar Educação Infantil Educação Básica				
Total de homens Total de mulheres Total de brancos Total de negros Total de amarelos Total de pardos Total de indígenas Total de portadores de necessidades especiais				
INDICADORES DO CORPO DOCENTE	QUANTIDADE	% S/ TOTAL	QUANTIDADE	% S/ TOTAL
Professores Não Graduados Educação Infantil Educação Básica Professores Graduados Educação Infantil Educação Básica Professores Especialistas Educação Infantil Educação Básica Professores Mestres Educação Infantil Educação Básica Professores Doutores Educação Infantil Educação Básica				
Total de Docentes em Fase de Titulação Doutorado Mestrado Especialização Graduação				
Total de Docentes Concursados Educação Infantil Educação Básica				
Total de Docentes Não Concursados Educação Infantil Educação Básica				
Total de homens Total de mulheres Total de brancos Total de negros Total de amarelos Total de pardos Total de indígenas Total de portadores de necessidades especiais				
Relação nº de alunos x professor Educação Infantil Educação Básica				
População Fora da Escola Educação Infantil Educação Básica				

Quadro 4 – Indicadores de desempenho na educação

Os indicadores constantes no Quadro 4 reportam-se à educação infantil e básica, por serem os níveis sob responsabilidade dos entes municipais. Entretanto, em havendo participação na educação de nível médio e superior, devem ser acrescidos à proposta.

5.5 Demonstração da distribuição da riqueza arrecadada – DDRA

É possível inferir que os entes municipais não geram, em tese, valor adicionado. São agentes de arrecadação de recursos e tem a finalidade de contribuir com o bem-estar social, aplicando com eficiência os recursos arrecadados.

A estrutura da demonstração da distribuição da riqueza arrecadada apresentada no Quadro 5, tem a amplitude suficiente para informar à sociedade como e quanto de riqueza é arrecadada pela entidade e qual a destinação dada pelo gestor público a esta riqueza.

DEMONSTRAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA ARRECADADA		
ARRECADAÇÃO DE RIQUEZAS	ANO 1 – EM R\$	
A - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS Receitas Próprias Receitas Patrimoniais Receitas de Transferências Receitas Constitucionais Receitas de Convênios Receitas de Capital		
B – RECEITAS RECEBIDAS EM TRASFERÊNCIA Receitas Extra-Orçamentárias		
C - RIQUEZA TOTAL A DISTRIBUIR (A + B)		
D - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA ARRECADADA		%
Remuneração do Trabalho das Atividades Pessoal e Encargos Benefícios aos Empregados Serviços de Terceiros Financiadores Encargos Financeiros Aluguéis Legislativo Câmara de Vereadores Remuneração das Atividades Administração e Planejamento Saúde e Saneamento Assistência Social Educação Cultura e Esporte Agricultura e Meio Ambiente Transportes Habitação e Urbanismo Desenvolvimento Econômico Segurança Pública Obras e Serviços Públicos Outras Dívida Interna Doações, Contribuições e Subvenções Convênios Retenções Superávit ou Déficit das Atividades		

Quadro 5 – Demonstração da distribuição da riqueza arrecadada

A presença da DDRA na estrutura no balanço social reveste-se de caráter fundamental, pois oferece oportunidade para o surgimento de diversos indicadores para construção de análises variadas, tanto de caráter interno (para fins gerenciais) quanto externo. Em instituições comunitárias e públicas, principalmente, em que não há a presença de proprietários específicos, mas que seu patrimônio pertence à comunidade, é imprescindível que haja transparência na divulgação de informações que dão conta de informar ao público interessado da quantidade de recursos captados e qual sua destinação.

5.6 Meio ambiente

Corroborando o pensamento de Kroetz (2001) de que o balanço social deve permitir a evidenciação de influências favoráveis e desfavoráveis, o Quadro 6 inclui espaço para relatar as ações desenvolvidas de preservação ambiental, bem como, as multas ambientais, ações judiciais porventura sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício.

MEIO AMBIENTE		
Influências Favoráveis e Desfavoráveis	METAS - ANO 2	ANO 1
Políticas para a Preservação dos Recursos Florestais e Hídricos		
Políticas para a Reciclagem de Rejeitos Industriais e Residenciais		
Produtos Recicláveis Recolhidos		
Prêmios Recebidos		
Multas Ambientais		
Ações Judiciais Provenientes de Causas Ambientais		
Consumo de Energia Elétrica (em KW)		
Consumo de Água (em litros)		
Consumo de Combustíveis (em litros)		
Implantação de Sistema Gestão Ambiental		
Desenvolvimento de Programas Ambientais		
Programas de Incentivo à Produção Orgânica		
Programas de Educação Ambiental		

Quadro 6 – Meio ambiente

A inserção deste bloco de informações é para permitir o relato das principais políticas, de projetos e ações desenvolvidas pela entidade no sentido da preservação, da reparação de danos ambientais e as metas para o próximo ano. O ente público deve ser o fomentador de políticas que garantam a preservação ambiental e a sobrevivências das espécies, aliando desenvolvimento econômico com educação ambiental.

5.7 Ética, transparência e responsabilidade social

O Quadro 7 contém a inserção de um conjunto de informações úteis pela necessidade da exposição de práticas que justifiquem o discurso de entidade socialmente responsável.

O conjunto de informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social permite relatar se o processo de admissão é por indicação ou por edital de seleção/concurso; se na seleção de parceiros e prestadores de serviço, os critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental são sugeridos, são exigidos ou não são considerados; se no planejamento da instituição há a participação dos empregados apenas em nível de chefia, em todos os níveis ou não há participação; se a ocorrência de processos eleitorais para a escolha dos ocupantes dos cargos de gestão ocorre regularmente, se ocorrem para todos os cargos ou somente para cargos intermediários ou se não ocorrem; se a comissão/conselho de ética tem atuação em

todas as ações/atividades da instituição, em algumas atividades determinadas, não tem qualquer atuação ou não tem comissão/conselho instalado na instituição.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL		
Informações Relevantes	METAS - ANO 2	ANO 1
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração		
Processo de Admissão de Empregados(as)		
Observação de Critérios Éticos, de Responsabilidade Social e Ambiental, na Seleção de Parceiros e Prestadores de Serviços		
Participação de Empregado(a)s no Planejamento da Instituição		
Ocorrência de Processos Eleitorais Democráticos para Escolha dos Diretores Escolares		
Atuação da Comissão/Conselho de Ética		
Adesão ao Pacto Global e Direitos Humanos		

Quadro 7 – Ética, transparência e responsabilidade social

5.8 Desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental

As informações inseridas no Quadro 8 permitem a perenidade dos quatro vértices centrais do balanço social, na perspectiva da atuação futura da entidade.

POLÍTICAS FUTURAS DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL
Implementação de nova política salarial
Novos investimentos em capacitação
Novos investimentos em proteção ambiental
Políticas de direitos sociais e acesso à cidadania
Políticas de geração de trabalho e renda
Políticas de incentivo à arte e a cultura
Outros

Quadro 8 - Desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental

O desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental permite a evidenciação e o relato do planejamento de políticas futuras (médio e longo prazo) de direitos sociais e acesso à cidadania, de geração de trabalho e renda, as contribuições no plano da arte e da cultura.

5.9 Outras observações e informações relevantes

Neste tópico, a entidade poderá acrescentar outras informações que julgar pertinentes e relevantes ao conjunto de usuários e que não tenham sido contempladas anteriormente. A entidade poderá incluir, neste tópico, pesquisa de satisfação realizada com o quadro funcional.

Finalmente, o demonstrativo deve conter a assinatura do gestor público municipal e de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade.

O modelo apresentado diferencia-se de outras propostas, pois não está concentrado em uma abordagem apenas. Disponibiliza um rol ampliado de informações que permite aos usuários o acompanhamento mais sistêmico da performance econômica, financeira, ambiental e social da entidade. A proposta de modelo para o Balanço Social apresentada busca contemplar os quatro vértices sustentados na revisão da literatura e as expectativas dos gestores.

Considerações Finais

O propósito deste artigo foi atender ao objetivo central de delinear uma proposta que contemple os quatro vértices sustentados na revisão da literatura, com a intenção de sistematizar um conjunto de informações consideradas relevantes na caracterização da demonstração do balanço social aplicável às prefeituras municipais.

O grupo de trabalho ou comissão designada para a preparação do relatório, deverá estudar e eleger a maneira mais adequada de apresentação. Os tópicos sugeridos podem sofrer alterações de acordo com a realidade do ente municipal, sendo que as informações poderão ser divulgadas, entre outras possibilidades, por meio de indicadores, gráficos, tabelas, quadros, valores monetários e descrições.

Ao considerar as prefeituras municipais no conceito de que congregam um sistema aberto, influenciando e sendo influenciadas pelo ambiente externo, a proposta possibilita espaço para evidenciar as interferências positivas e negativas da relação entidade/sociedade, ainda que não seja prática comum entre os relatórios publicados em nosso país.

É factível que parcela considerável de gestores públicos possam demonstrar resistências diante da perspectiva da divulgação de indicadores que sugerem fraquezas organizacionais. Entretanto, além de conceber o balanço social como um instrumento de desempenho na gestão organizacional e um mecanismo de gestão das responsabilidades sociais decorrentes da atuação da entidade, é preciso concebê-lo como instrumento de transparência e da prática de princípios éticos. Se houverem eventos negativos na atuação da entidade, estes devem ser diagnosticados e encaminhados procedimentos para solucionar ou prevenir novas ocorrências.

Assim, reitera-se que o balanço social permite à sociedade conhecer o conjunto de ações desenvolvidas pelo ente municipal e os benefícios advindos da sua atuação, seja no âmbito social, econômico, ecológico, artístico-cultural ou nas ações de cidadania. Sabidamente, a entidade continuará a exercer influências negativas, porém quando tratadas com transparência, discutidas abertamente com o quadro funcional e a sociedade envolvida, seus reflexos podem ser reduzidos, senão sanados, gradualmente.

Referências

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.010, de 21 de janeiro de 2005. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do valor adicionado. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

BULOS, Aldi Lammêgo. **Constituição federal anotada**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. **Libro Verde**: fomentar un marco europeo para responsabilidad social de las empresas. Bruxelas. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL COMPACT. **Los 10 principios del global compact**. Disponível em: <<http://www.globalcompact.org>>. Acesso em: 05 set. 2005.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: uma proposta de normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 129, p. 53-63, maio/jun. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZZIONI, Sady. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Herbert de. Balanço social: voluntário ou público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1997. Caderno 1, p. 3.

SRI COMPASS. **Your guide to socially responsible investing** (2003). London: set./2003. Disponível em <<http://www.sricompass.org>>. Acesso em: 04 out. 2003.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 69-115.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade**. 1984. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.